

# REENCONTRAR A MEMÓRIA. PERCURSO EPISTEMOLÓGICO E HISTÓRICO\*

Marie-Anne PAVEAU  
([marie-anne.paveau@libertysurf.fr](mailto:marie-anne.paveau@libertysurf.fr))  
Université de Paris 13 – Villetaneuse

Dicionarizada, sintetizada, "enciclopedizada" [(DÉTRIE *et alii*, 2001), (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002), (COLLETA; NUCHÈZE, 2002), (MAINGUENEAU, 1995 e 2005), (MAZIÈRE, 2005)] a Análise do discurso (AD) deve, doravante, em nossa opinião, fazer novas propostas teóricas e práticas para assegurar seu dinamismo, seu interesse e sua qualidade, particularmente na França. As aquisições da cognição social e cultural parecem-nos particularmente aptas a promover essa renovação e nós propomos aqui retrabalhar o conceito de memória discursiva na perspectiva da cognição distribuída, após termos retraçado o percurso histórico e epistemológico da noção de memória em AD.

## 1. A invenção da memória discursiva

O conceito de memória discursiva, em sentido próprio, foi cunhado por J.-J. Courtine, em 1981; essa invenção, como todas as invenções, responde a parâmetros espaciais (o grupo de trabalho em torno de Pêcheux e da revista *Langage*), temporais (começo da derrocada estruturalista e da terceira época da AD, marcada, segundo M. Pêcheux, pela "desconstrução das maquinarias discursivas"<sup>1</sup>) e epistemológica, enfim, (o saber histórico encontrando o saber lingüístico, posto que a memória discursiva vem diretamente dos "lugares de memória", de P. Nora, conceito que dá nome à soma dos três volumes coletivos publicada entre 1984 e 1992)<sup>2</sup>.

### 1.1. Da memória discursiva à memória interdiscursiva

Como a maioria dos conceitos oriundos da AD, elaborada em torno de M. Pêcheux entre 1968 e 1983, a noção de memória discursiva foi utilizada, desde então, fora de sua ancoragem teórica e histórica, e, sobretudo, isolada das noções com as quais ela faz sentido, em particular, o interdiscurso e o pré-construído. Esse conceito está de tal modo "em errância" (MALDIDIÉ, 1990) que o nome de J.-J. Courtine está ausente do Dicionário de Análise do discurso, de D. Maingueneau e P. Charaudeau (2002). A razão disso talvez seja epistemológica; J.-J. Courtine tendo colocado uma questão às ciências da linguagem, domínio científico que a AD parece ter, desde então, de certo modo, desertado:

"Como as sociedades lembram? Se aceitamos a idéia [...] de que a linguagem é o tecido da memória, ou seja, *sua modalidade de existência histórica essencial*, quem não vê que uma tal questão se dirige diretamente às ciências da linguagem? Que essa questão reivindica a análise dos modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem do discurso?" (COURTINE, 1994, p. 10)

\* Texto inédito em francês e concebido especialmente para a participação da autora no II SEAD. Tradução: Carlos Piovezani Filho.

<sup>1</sup> 1983; In: Maldidier 1990, p. 298.

<sup>2</sup> Concepção a partir de P. Nora, mas, sobretudo e explicitamente, a partir da *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Derivação já quase anunciada quando Courtine, no Capítulo II de sua tese, publicada na revue *Langage*, 62, retoma a noção de enunciado, em Foucault, na sua relação constitutiva com um domínio associado; e ainda mais manifestamente no capítulo III, no item "Memória e tempo histórico".

A memória discursiva é, com efeito, um conceito que propõe, ao mesmo tempo, um desenvolvimento, um aprofundamento e quase uma alternativa àquela de formação discursiva, e que visa a ancorar a análise do discurso na história, integrando os tempos (curtos, médios ou longos) da memória no estudo da materialidade linguageira. A noção de "domínio de memória", proveniente dos trabalhos de M. Foucault, permite proceder a uma arqueologia dos discursos e de remontar às "formulações-origens" (sendo essa origem secundária, como nós o veremos em M. Halbwachs).

É a partir dessa reflexão que S. Moirand, trabalhando sobre *corpora* midiáticos para os quais a noção de acontecimento é primordial, propõe distinguir a memória das palavras da memória das coisas (reencontrando nisso a antiga distinção retórica entre *memoria verborum* e *memoria rerum*), e reservando a designação de *memória interdiscursiva* à primeira:

"[...] quando há realmente alusão aos dizeres do outro, estaríamos na ordem da memória interdiscursiva, quer esses dizeres sejam realmente ditos ou imaginados, quer as palavras sejam retomadas e transformadas, como em *vandalismo liberal* ou *o desengordurador de mamute* ou os *organismos midiaticamente modificados*. Mas quando a palavra evoca fatos, tais como *Tchernobyl*, tratar-se-ia, antes, para mim, de conhecimentos, de representações ligadas a saberes e a acontecimentos da história, tais como *Pandora* e *Vândalo*, ou mesmo associados às percepções visualizadas, como em *bigodudo...*" (MOIRAND, 2004, p. 89)

A distinção entre a memória das palavras e a memória dos fatos é ela mesma subdividida em memória das palavras e memória dos dizeres, distinção que contribui para instalar a noção de memória interdiscursiva. Com efeito, se "as palavras "empilham", ao longo do tempo, sentidos diferentes, o que lhes dá uma espessura dialógica que escapa parcialmente a seus enunciadores" (MOIRAND, 2004b), elas não são, entretanto, autônomas, mesmo se os sujeitos frequentemente fazem com elas usos à sua revelia. Quando a memória das palavras é aquela do uso que delas fazem outros locutores, então o dialogismo entre em cena e se trata então de uma memória dos dizeres do outro, uma memória interdiscursiva marcada pela mobilidade dos dizeres<sup>3</sup>. Se a memória discursiva de J.-J. Courtine é tributária dos trabalhos históricos de M. Foucault e P. Nora, a memória interdiscursiva, tal como ela é proposta por S. Moirand, nutre-se, em parte, dos trabalhos sociológicos de M. Halbwachs (1925 e 1950), foi redescoberta na França nos anos 1990, no momento em que a memória torna-se um dado importante dos comportamentos coletivos franceses (prescrição coletiva do dever de memória em relação aos "Peludos"\* sacrificados em 1914, aos genocídios judeu e armênio, e às vítimas da guerra da Argélia).

## **1.2. Memória no discurso, uma memória coletiva**

A memória no discurso (a expressão é nossa), sob sua forma discursiva ou interdiscursiva, está, com efeito, estreitamente ligada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos, aos dados extra-discursivos e, sobretudo, pré-discursivos que participam da elaboração e da circulação das produções verbais de sujeitos social e culturalmente situados. Trata-se de uma memória coletiva, que se organiza segundo "quadros sociais" (HALBWACHS, 1925) no interior dos quais circula e se constitui, ao mesmo tempo, a identidade individual dos locutores. Essa memória não é inata nem depositada como um

<sup>3</sup> S. Moirand emprega frequentemente a metáfora da viagem para descrever a circulação memorial das palavras e dos dizeres: as palavras *viajam*, as palavras *carregam* ou *transportam* sentidos, as palavras *atravessam* comunidades discursivas.

\* N.T.: "*Poilus*", no original em francês. Referência aos soldados da Primeira Guerra Mundial que eram assim chamados em razão das más condições de vida e higiene às quais esses soldados estavam submetidos. Essas condições de vida evidentemente impossibilitavam que eles se barbeassem; daí, "peludos".

tesouro no espírito individual, mas depende da experiência e do contexto, o que implica, certamente, que o discurso não se inscreve unicamente na competência individual e intencional dos sujeitos falantes (o que está, como sabemos, no centro da posição marxista).

M. Halbwachs elabora a noção de memória coletiva no quadro mais amplo da psicologia coletiva, numa época em que se tratava de opor-se às concepções individualistas da psicologia proposta por C. Blondel. Contra a idéia de que a lembrança é individual, M. Halbwachs mostra que a ilusão de lembrar-se por si mesmo é devida à insensibilidade em relação à influência do meio social. Contra a tese da espontaneidade natural, ele defende aquela do encontro, no indivíduo, de correntes de opinião que têm uma realidade objetiva fora dele.

O interesse desse conceito para a AD é, segundo cremos, sua dimensão construtiva. Com efeito, para M. Halbwachs, a memória coletiva reconstrói o passado, com vistas a organizar o presente, e não se contenta com uma simples e idêntica restituição. Esse construtivismo é bastante visível na sua obra, de 1941, sobre a topografia dos Evangelhos em terra santa:

"Se, conforme nós o cremos, a memória coletiva é essencialmente uma reconstrução do passado, se ela adapta as imagens dos fatos antigos às crenças e às necessidades espirituais do presente, o conhecimento do que estava na origem é secundário, senão absolutamente inútil, visto que a realidade do passado não está mais ali, como um modelo imóvel, ao qual seria preciso conformar-se" (HALBWACHS, 1971 [1941], p. 7).

Que a origem seja declarada "secundária", eis o que interessa aos analistas do discurso que fundamentam sua prática sobre a idéia de que os discursos são tanto imagens da realidade quanto construções dessa mesma realidade, das "maneiras de fazer os mundos", segundo a expressão de N. Goodman.

### ***1.3. Evoluções e enfraquecimentos do conceito de memória em AD***

O conceito de memória em AD, sem dúvida, sofreu várias evoluções e influências complexas, cujo trajeto é difícil de retratar precisamente; nós nos contentaremos em pontuar três tipos de evolução:

– uma desistoricização: para A. Berrendonner e os pragmaticistas dessa corrente, por exemplo, a memória discursiva é o conjunto dos saberes partilhados pelos locutores na troca conversacional, no momento dessa troca; para M. Charolles e os gramáticos do texto (eles dizem *discurso...*), a memória discursiva é aquela que motiva as anáforas, retomadas, reformulações, todos os procedimentos de lembrança semântica e informacional no fio do texto. Nada de história nessas perspectivas; o próprio tempo histórico parece excluído (como frequentemente acontece nas perspectivas em que a dimensão pragmática é hegemônica).

– uma psicologização: a memória é um domínio de pesquisa bastante importante em psicologia, em particular cognitiva, e o conceito de memória semântica é aí amplamente utilizado, designando uma espécie de enciclopédia mental; a noção de memória encontra-se, portanto, limitada "à cabeça" dos indivíduos, e as dimensões coletiva, social e histórica encontram-se quase apagadas.

– uma evolução do próprio objeto discurso e de suas condições de produção, fenômeno que é raramente focalizado pelos analistas: não se produz os mesmos discursos em 1930 e em 1950, e essa evidência também possui implicações epistemológicas. As formas de comunicação favorecem discursos marcados por uma ancoragem imediata e contingente, em detrimento, sem dúvida, da dimensão universalizante e cultural (no sentido de ancorada na longa tradição da cultura de uma comunidade). A democratização da fala acarreta também modificações nas regras de formação e na relação com a história: o discurso "ordinário" é, por definição, menos

historicizado que o discurso erudito ou especializado, porque ele é menos douto ou, simplesmente, mais preso a uma cultura imediata. Esse fenômeno resta ainda a ser decifrado e há aí um programa de pesquisas para o futuro da AD.

O conceito de memória discursiva incontestavelmente foi enfraquecido por essas evoluções, e a dimensão cognitiva, parece-nos, de fato, trazer-lhe uma nova eficiência.

## **2. Proposta: uma memória cognitivo-discursiva**

### **2.1. *Cognição sócio-cultural e Análise do discurso***

Nós propomos retrabalhar a noção de memória em AD, graças aos resultados de trabalhos no domínio da cognição distribuída. É uma renovação por meio da qual gostaríamos de, ao mesmo tempo, conservar a riqueza conceitual da semântica discursiva e de levar em consideração as formas contemporâneas de produção e circulação dos discursos.

Poderia parecer paradoxal articular ciências cognitivas e AD, essa última, na versão que nos interessa, sendo construída sobre o político, o histórico e o psicanalítico, numa palavra e bastante rapidamente, sobre tudo o que foi posto em suspenso pela revolução cognitiva dos anos 1950. Mas nós estamos em 2005 e desde o fim dos anos 1980 desenvolveu-se uma corrente sócio-cultural nas ciências cognitivas, sustentada pela etnometodologia, pela ergonomia, pela psicologia das organizações, etc., conforme a descrição de M. Bischofsberger:

"Quanto à linha sócio-cultural, ela faz da cognição um fenômeno discursivo, situado nos contextos históricos e sociais. A cognição deixa, poderíamos dizer, a "cabeça" do indivíduo, para tornar-se um fenômeno social e distribuído, que emerge nas condições sociais e culturais contingentes. Essa corrente repousa sobre a convicção de que todo conhecimento humano é produção de um ato interpretativo condicionado pelos pressupostos sociais" (BISCHOFBERGER, 2002, p. 167)

A cognição social desenvolveu-se no contexto anglo-saxão, de acordo com versões sucessivas da cognição situada (Suchman, Roschelle...), partilhada (Resnich, Shegloff...), e, depois, distribuída (Hutchins, Agre...). Sabemos que paralelamente a semântica cognitiva promovida por G. Lakoff e M. Johnson, desde sua obra sobre as metáforas, publicada em 1979, concede uma grande importância ao corpo ("*mind is embodied*"). Enfim, o estudo das emoções (DAMÁSIO, 2002) e das percepções abre-se cada vez mais ao contexto situacional. É preciso dizer que, na mesma medida, impõe-se uma revisão das crenças tanto dos analistas do discurso quanto dos cognitivistas: a análise do discurso e a cognição social são compatíveis e suas teorias, saberes e métodos podem dialogar (sobre esse ponto, ver Paveau (2004)).

### **2.2. *A distribuição: uma perspectiva renovada do contexto***

Adotar o ângulo sócio-cultural, em ciências cognitivas, implica fazer um certo número de escolhas epistemológicas, em particular, sobre a natureza do espírito. De acordo com o neurologista A. Damasio, com numerosos filósofos, começando por C. S. Peirce, e, ainda, com pesquisadores que trabalham sobre práticas sociais e culturais, pensamos que o dualismo cartesiano é "epistemologicamente desesperado" (a expressão é de O. Houdé (1998)), o que nos conduz a afastar o inatismo, o idealismo e um certo racionalismo, para adotar o princípio da exterioridade do espírito. Nós pensamos que existem vários saberes e crenças, em suma, pensamentos e concepções, mas eles estão sempre articulados com o mundo exterior, o meio, os artefatos, e não somente encapsulados nos módulos internos. É uma posição que D. Dennett (2002) qualifica de "realismo leve", oposto ao "realismo de força industrial", de J. Fodor.

Nós partimos igualmente do princípio de que a produção do discurso apóia-se sobre ferramentas, em particular, ferramentas lingüísticas, às quais S. Auroux chama de "estruturas cognitivas externas":

"A hipótese contrária [à cognição neurobiológica] repousa sobre a existência de estruturas cognitivas externas ao indivíduo. Essas estruturas conheceram seu desenvolvimento graças à tecnologia intelectual da escrita; elas dependem igualmente de instrumentos externos (livros, bibliotecas, instrumentos de cálculo e de observação, etc.), assim como estruturas sociais de produção e de acumulação de conhecimentos (enciclopédias, sociedades eruditas, redes culturais de produção e reprodução do saber). O processo cognitivo depende da estruturação social tanto quanto dela depende a produção de riquezas" (AUROUX, 1998, p. 6).

A noção de distribuição permite, em nossa opinião, renovar a questão do contexto, singularmente enfraquecida em lingüística do discurso, em particular, por sua sobre-utilização em pragmática (ainda ela...). As ciências da linguagem e, sobretudo, a AD mantêm relações bastante antigas com a noção de contexto, quer seja sob a forma das condições de produção e das posições ideológicas na AD, em torno de M. Pêcheux, ou aquela, mais antiga, de circulação social dos discursos, descrita por Bakhtin, nos anos 1950, ou mesmo do princípio de contextualização, afirmado por E. Sapir, e, sobretudo, J. Firth e B. Malinovski, desde os anos 1920, que inauguram a noção de "campo de interpretação". "As palavras isoladas são ficções lingüísticas", segundo a célebre fórmula de B. Malinovski, em *Os argonautas do Pacífico*, 1923. O contexto, em lingüística, tornou-se progressivamente tudo o que não se inscreve no código, como o assinala M. Prandi, que, nesse sentido, faz uma severa crítica, à qual nós subscrevemos:

"Como uma instância composta dos mais surpreendentes ingredientes, a noção de contexto é uma mistura não diferenciada de dados contingentes e estruturas essenciais, que persistem numa informação empírica *a priori*, a respeito dos seres efêmeros e permanentes" (PRANDI, 2004, p. 52).

Nós o seguimos na sua intenção de precisar a noção para torná-la mais operatória, e, se ele opta, no que lhe concerne, por redefinir como o conjunto de "dados extra-gramaticais duradouros e estruturas que participam da constituição dos significados complexos" (2004, p. 39)\*, nós apelamos, de nosso lado, à noção de distribuição. Ela é mais dinâmica que as noções de partilha ou de situação, nas duas versões precedentes da cognição social, e é por essa razão que nós a privilegiamos. Elaborada a partir do estudo *princeps* do funcionamento humano num cockpit de avião<sup>4</sup>, a cognição distribuída está, com efeito, atenta à construção e à transmissão das informações, não mais somente *via* saberes e competências detidas "na cabeça" dos indivíduos ou no seu meio sócio-cultural ("no mundo"), mas inscritos nas ferramentas cognitivas, ou seja, nos artefatos como o bloco de notas, por exemplo. Nós a definimos, em nossa perspectiva (que amplia os agentes da distribuição aos elementos não-artefaturais como os sentimentos ou os valores), como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de quadros pré-discursivos coletivos, esses últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaboradora entre os agentes humanos

---

\* N. T.: Em inglês no original: "As a concoction made up for the most surprising ingredients, the notion of context is an undifferentiated mix of contingent data and essential structures, structures holding on a priori and empirical information about beings, ephemeral and permanent" (PRANDI, 2004, p. 52).

\* N. T.: Em inglês no original: "long-lasting extra-grammatical data and structures which take part in the ideation of complex meanings" (PRANDI, 2004, p. 39).

<sup>4</sup> E. Hutchins, estudando a pilotagem de aviões de linha e a navegação marítima, mostra que o tratamento (ou seja, a memorização, a lembrança, e, depois, a utilização) da velocidade do avião é distribuída entre o piloto e seu co-piloto, por um lado, e pelas ferramentas que se encontram no seu meio imediato, o cockpit, por outro.

e não-humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o memento, o guia de conversação, ou, mais amplamente, semióticos como as cores, as insígnias, as roupas, etc.).

### 2.3. Uma memória dinâmica e distribuída

Vislumbrar uma memória cognitivo-discursiva é ultrapassar uma concepção estática (memória-stock destinada a ser recuperada, ou memória simplesmente compartilhada que constituiria uma espécie de terreno comum, a partir do qual os interlocutores se abastecem), para adotar uma concepção dinâmica que faz memória um verdadeiro operador pré-discursivo e discursivo. É nessa perspectiva que nós propomos a noção de memória cognitivo-discursiva.

Admite-se, portanto, que a memória no discurso não serve somente... à memorização, mas possui uma função (re)construtiva (que poderíamos chamar, sob o ângulo semântico-conceitual, de categorização). Nós insistiremos aqui sobre três dimensões da memória, tal como nós a focalizamos, e que justificam, em nossa opinião, articular o discursivo e o cognitivo.

Nós tomamos um exemplo retirado de um *corpus* de discursos sobre a escola: o genocídio de Khmer\*, que se inscreve na metáfora político-histórica, é uma comparação das reformas do sistema escolar francês regularmente mencionada, desde uma de suas primeiras ocorrências no célebre panfleto *De l'école*, de J.-C. Milner (que constitui, em muitos aspectos, um protótipo desse tipo de literatura). Trata-se de enunciados que comportam a forma nominal *Khmer rouge*: "Os *Khmers rouges* rua de Grenelle" (LA MARTINIÈRE, 1984, p. 11), "Os aprendizes *Khmers rouges* perseguem sua obra de des-educação geral" (MASCHINO, 1992, p. 20) ou "Quem quer que seja que jamais tenha tido a idéia de um absurdo criminal de confiar o desenvolvimento da cultura aos *Khmers rouges*?" (DESOLI, 1997, p. 144).

#### 2.3.1. Cognição e reconhecimento

Se a memória no discurso não é uma simples restituição, pode-se então falar de reconhecimento: a referência aos *Khmers rouges* evidentemente não se contenta em trazer uma memória histórica, mas constitui uma ferramenta cognitivo-discursiva que (re)categoriza os empreendimentos reformistas em casos de morte. A metáfora não funciona mais somente sobre o "simples" modo da analogia, mas organiza o mundo em discurso, conferindo-lhe um sentido, nesse caso, aquele do anti-reformismo. Pode-se então falar, com P. Ricoeur, de *reconhecimento*, palavra que designa, para esse autor, a face cognitiva da memória, que se inscreve na "denominação psíquica":

"[...] o reconhecimento, que coroa a pesquisa bem-sucedida, [...] designa a face cognitiva da lembrança, enquanto o esforço e o trabalho inscrevem-se no campo prático. [...] Esse desdobramento entre dimensão cognitiva e dimensão prática acentua a especificidade da memória entre os fenômenos que se inscrevem na denominação psíquica" (RICŒUR, 2000, p. 67-68).

Nós tomamos o termo de *re-conhecimento*, literalmente, retomando, de acordo com a nossa perspectiva, a idéia de M. Halbwachs segundo a qual a origem importa menos que sua

---

\* N. T.: *Khmer* ou, antes, os *Khmers rouges*, no plural, como normalmente eles são referidos, foram uma facção comunista que governou o Camboja entre os anos de 1975 e 1979. Numa mistura de maoísmo econômico e estalinismo político, os *Khmers rouges* ficaram conhecidos pela violência excessiva do regime e foram responsáveis por um dos piores massacres do século XX, a saber, o extermínio de um milhão e meio de pessoas. A maioria de seus líderes e idealizadores eram filhos da burguesia cambogiana e fizeram seus estudos em universidades francesas, enquanto seus compatriotas lutavam pela independência do país, por volta dos anos 50. No ambiente cosmopolita francês, bastante propício à troca de idéias, eles conheceram o ideário socialista. Tão logo voltaram ao Camboja, eles tentaram desenvolver condições políticas para a formação de um espírito rebelde junto aos seus alunos.

reconfiguração. O re-conhecimento é um processo cognitivo dinâmico, na medida em que se criam então versões, mas, sobretudo, organizações do mundo: é a razão pela qual a memória cognitivo-discursiva efetiva, em nossa opinião, alguma coisa da ordem da reconição.

### 2.3.2. *Laços memoriais*

A construção da memória coletiva, e, por extensão, da memória cognitivo-discursiva, é fundamentalmente inscrita no desdobramento da história, naquilo A. Schutz chama, no *Phenomenology of the social world* (Fenomenologia do mundo social) "o triplo reino dos predecessores, dos contemporâneos e dos sucessores". O laço memorial é, para nós, um parâmetro fundamental na produção dos discursos, a distribuição dos saberes e crenças que se faz igualmente sobre o eixo diacrônico: os ancestrais são então agentes humanos de distribuição, tal como o conjunto dos "lugares de memória" discursivos ou artefaturais que mantêm a transmissão. No nosso exemplo, o nome próprio *Khmer rouge* é um desses lugares de memória, que é também "agente de distribuição"<sup>5</sup>: os valores associados ao nome, as evocações icônicas (televisuais, fotográficas ou cinematográficas) que ele não deixa de suscitar, os traços prototípicos, dos quais ele é dotado (o genocídio Khmer e a revolução cultural chinesa tornaram-se protótipos da destruição da cultura em contexto argumentativo ou polêmico), são tanto elementos dessa distribuição quanto passam pelos canais da memória cognitivo-discursiva.

### 2.3.3. *Memória, discurso, afetos*

É igualmente convocada, e isso será nosso terceiro ponto, a dimensão afetiva e emocional. A memória retém também estados mentais e afetivos (no nosso exemplo: o escândalo e o sofrimento diante da destruição da cultura), que são re-configurados no processo de reconição. A. Damasio explica claramente os fatores envolvidos nessa reconstrução memorial:

"[...] nós estocamos na memória não somente aspectos da estrutura física de um objeto – o que permite potencialmente reconstruir sua forma, sua cor, sua sonoridade, ou seu movimento típico, seu odor, ou tudo o que se queira –, mas igualmente aspectos do engajamento motor de nosso organismo no processo de apreensão desses aspectos pertinentes: nossas reações emocionais a um objeto, nosso estado físico e mental ampliados no momento de apreender o objeto" (DAMÁSIO, 2002, p. 238).

Essa dimensão, ainda inexplorada pelos analistas do discurso (e finalmente pouco abordada pelos estudos argumentativos que, no entanto, se debruçam sobre a questão, mas sob o ângulo da expressão e não da cognição), é, no nosso sentido, um fator tão preponderante envolvido para a análise do discurso, atualmente, que poderia ocupar uma posição análoga àquela que teve, no quadro da semântica discursiva, a dimensão ideológica para a compreensão dos discursos e de suas circulações sociais.

Reconição, laços de memória, emoções: eis aqui rapidamente esboçado o retrato de nossa memória cognitivo-discursiva. Reconhecemos facilmente que essa forma de "reconstrução", longe de ser uma estéril e mecânica aplicação de elementos linguageiros pré-formatados, ou uma re-coleção de lembranças embalsamadas, é um verdadeiro modo de configuração do mundo no discurso.

## **Le corpus dos discursos sobre a escola**

---

<sup>5</sup> Sobre esse ponto, ver Paveau (2006; no prelo).

Esse *corpus* constitui-se de uma quarentena de ensaios destinados ao grande público sobre a escola na França entre 1984 e 2004. Os extratos são retirados das obras citadas abaixo:

DESOLI, J. *Boulet rouge pour tableau noir. Ce qui ne peut plus durer avec le système éducatif*. Paris, Syros, 1997.

LA MARTINIÈRE, D. *Lettre ouverte à tous les parents qui refusent le massacre de l'enseignement*. Paris, Albin Michel, 1984.

MASCHINO, M.-T. *L'École, usine à chômeurs*, Paris, Robert Laffont, 1992.

MOLINIER, G. *La gestion des stocks lycéens. Idéologies, pratiques scolaires et interdit de penser*. Paris, L'Harmattan, 1999.

ROMILLY, J. *L'enseignement en détresse* dans *Écrits sur l'enseignement*. Paris, Éditions de Fallois, 1984.

## **Bibliographie**

AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris, PUF, 1998.

BISCHOFFSBERGER, M. Quel constructivisme pour la linguistique cognitive?. In: BOUQUET, S.; RASTIER, F. (dir.). *Introduction aux sciences de la culture*, Paris, PUF, 2002.

COURTINE J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, *Langages*, numéro 62, "Analyse du discours politique", Paris, Larousse, p. 9-128, 1981.

COURTINE J.-J. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage, *Langages*, numéro 114, "Mémoire, histoire, langage", Paris, Larousse, p. 5-12, 1994.

DAMASIO A. R. [1999], *Le sentiment même de soi. Corps, émotions, conscience*. Tradução: C. Larssonneur; C. Tiercelin. Paris, Odile Jacob, 2002.

DENNETT D. C. [1991], De l'existence des patterns. Tradução: D. Boucher. In: FISETTE; POIRIER (éds.). *Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit*. Paris, Vrin, 2002

DETRIE, C.; SIBLOT, P.; VERINE, B. *Termes et concepts pour l'analyse du discours*. Paris, Champion, 2001.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (dir.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris, Seuil, 2002.

HALBWACHS, M. [1941]. *La topographie légendaire des Évangiles en terre sainte. Étude de mémoire collective*. Paris, PUF, 1971.

HALBWACHS, M. [1925], *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, M. [1950]. *La mémoire collective*. Paris, Albin Michel, 1997.

HOUDE, O. *et alii* (dir.). *Vocabulaire des sciences cognitives*. Paris, PUF, 1998.

MAINGUENEAU, D. (dir.). Les analyses du discours en France, *Langages*, numéro 117, Paris, Larousse, 1995.

MAINGUENEAU, D. (dir.), Analyse du discours. État de l'art et perspectives, *Marges linguistiques*, numéro 9, na internet no site [www.marges-linguistiques.com](http://www.marges-linguistiques.com), consultado le 27.05.05.

MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours. Textes de M. Pêcheux*. Paris, Éditions des cendres, 1990.

MAZIÈRE, F. *L'analyse du discours*. Paris, PUF, 2005. ("Que sais-je ?")

MOIRAND, S. L'impossible clôture des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre contextualisation et catégorisation, *Tranel*, numéro 40, "Approche critique des discours: constitution des corpus et construction des observables, Université de Neuchâtel, 71-92, 2004a.



- MOIRAND, S. De la médiation à la médiatisation des faits scientifiques et techniques: où en est l'analyse du discours ?". In: *Actes du colloque "Sciences, médias et sociétés"*, [2004b] ENS-LSH de Lyon, 15-17.06.2004, <http://sciences-medias.ens-lsh.fr>, consulté le 19.07.2005.
- NORA, P. (dir.). *Les lieux de mémoire*. (7 tomos) Paris, Gallimard, 1984-1992.
- PAVEAU, M.-A. *Les cadres du discours*. Tese para orientar pesquisas, Paris, Université de Paris 3, 2004.
- PAVEAU, M.-A. *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. (no prelo)
- PAVEAU, M.-A.; ROSIER L., Éléments pour une histoire de l'analyse du discours. Théories en conflit et ciment phraséologique, colloque *L'analyse du discours en France et en Allemagne*, Créteil: Céditec U. Paris 12, 1-3 juillet, publication en ligne sur <http://www.johannes-angermueller.de>, 2005<sup>a</sup>.
- PAVEAU, M.-A.; ROSIER L. Grammaire de la liste. Approche syntaxique, anthropologique et cognitive. Comunicação no colóquio *Représentations du sens linguistique 3*, Bruxelles, ULB, 3-5 novembre, pré-actes. 2005b.
- PÊCHEUX, M. Analyse de discours. Trois époques [1983]. In: MALDIDIÉ, D. (prés.). *L'inquiétude du discours*, Paris, Cendres, 1990, p. 295-302.
- PRANDI, M. *The Building Blocks of Meaning. Ideas for a Philosophical Grammar*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2004.
- RICCEUR P. *L'histoire, la mémoire, l'oubli*, Paris, Gallimard, 2000.